



# Em busca de amigos

**SUSTENTABILIDADE** A crise no patrocínio via leis de incentivo e o baque da pandemia levam grupos artísticos e instituições a investir em programas voltados às doações individuais

POR ANA PAULA SOUSA



SILVIA MACHADO E WILLIAN AGUIAR

**N**o sábado 6, a São Paulo Companhia de Dança voltou a abrir sua sede, na rua Três Rios, no bairro do Bom Retiro, para o público. Mas os convidados que lá estiveram não foram ver uma nova coreografia, e sim conhecer o Programa de Patronos lançado pelo corpo artístico do governo do estado.

A iniciativa, inédita para uma companhia de dança no Brasil, insere-se em um movimento que, com a pandemia e as dificuldades criadas pelo governo Bolsonaro para o uso da Lei Federal de Incentivo à Cultura – conhecida como Lei Rouanet – vem ganhando corpo. “O programa busca o engajamento de pessoas que enxergam a cultura como algo fundamental para a vida”, define Inês Bogéa, diretora da companhia. “O patrono é alguém que acredita na causa e deseja contribuir para que a dança chegue a mais pessoas.” Os apoios vão de 1,2 mil a 30 mil reais anuais e têm como destino ações educativas e de difusão.

A companhia, por ter o aporte governamental, pôde atravessar a pandemia com relativa tranquilidade, mas, em 2021, a captação de recursos junto a possíveis patrocinadores está, nas cautelosas palavras de Inês, “um pouquinho mais difícil”. O programa insere-se, de toda forma, em uma busca mais ampla pela sustentabilidade de longo prazo. Se este é um desafio que há anos se coloca para o setor cultural brasileiro, ele parece agora ter chegado a um ponto sem volta.

Nas últimas três décadas, a produção cultural ancorou-se, sobretudo, na Lei Rouanet e nos mecanismos municipais e estaduais de incentivo fiscal. Ao mesmo tempo que são inegáveis os benefícios trazidos pela lei federal, sempre foram evi-

## A cultura como causa.

A São Paulo Companhia de Dança, dirigida por Inês Bogéa (à esq.) acaba de lançar um Programa de Patronos

## Várias campanhas buscam convencer o público a usar parte de seu IR para apoiar a arte

dentes também suas limitações e riscos. Dentre eles estava o fato de, por sua própria natureza, a lei ter colocado o setor em um ciclo regido pelo imediatismo. A cada ano, um novo projeto devia ser apresentado. A cada ano, era preciso sair ao mercado em busca de empresas apoiadoras.

**A partir de 2019**, o abalo nessa estrutura já instável foi se fazendo sentir mais fortemente. Nesse ano, foi extinto o Ministério da Cultura, a Petrobras anunciou o fim de alguns patrocínios históricos e houve uma redução no teto dos aportes. De lá para cá, seguiram-se as auditorias do Tribunal de Contas da União relativas ao passivo de prestação de contas, a lentidão na liberação de projetos e a insistente associação, da parte do governo, entre o programa de apoio à cultura e a ideia de mamata. Este ano, outras duas ameaças pairaram no ar: um decreto criou novas e difíceis regras para as grandes instituições e foi forjado, dentro do Ministério da Economia, um projeto que prevê a redução dos incentivos fiscais do País.

Diante de tal cenário, instituições e grupos artísticos vão engendrando formas de aproximar-se mais do público e trilhar novos caminhos para financiar suas atividades. Enquanto o Programa de Patronos da São Paulo Companhia de Dança dá ênfase à doação direta – embora seja possível tornar-se um patrono por meio de dedução fiscal –, outros tantos programas recorrerem à porção quase incógnita da Lei Rouanet, voltada às pessoas físicas.